

O CREPÚSCULO DOS DADOS EMINENTEMENTE FINANCEIROS E A CONTABILIDADE VOLVIDA A FINS ESTRATÉGICOS

*Prof. Dr. Antônio Lopes de Sá **

RESUMO

Os movimentos relativos ao pagar e ao receber foram entendidos, por milênios, como os contabilmente mais importantes, por representarem expressiva parte dos fatos que ocorrem com a riqueza.

A evolução suportada pela civilização e os novos conceitos contábeis, assim como a metodologia que o “neopatrimonialismo” ofereceu, continuaram a ver na questão financeira um instrumento valioso, mas não mais o exclusivo para o julgamento dos fatos ocorridos.

Tal forma de entender e conceber está alterando as práticas de informações e de análises destas.

* Contador. Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Detentor da Medalha do Mérito Contábil João Lyra.

TRADIÇÃO E REALIDADE DO REGIME “FINANCEIRO”

O procedimento de pagar e receber que as empresas e instituições possuem, de forma relevante, tem ocupado a maior parte do interesse das informações, amparada pelos rigores que a lei impõe.

O que deve ser transformado em dinheiro, o que precisa ser pago em curto prazo, influenciou na classificação da própria estrutura do que tradicionalmente se demonstra como “patrimonial”, como se isto fosse o suficiente para medir-se a realidade sobre os empreendimentos.

Muitas normas foram feitas, a maioria ao sabor de costumes, diversas sem metodologia inspirada em elementos científicos e tudo isto resultou no descrédito e na falta de atualização a uma realidade de nossos dias.

Prova disto é o que tem sucedido e abalado o mercado, em razão da debilidade e da permissibilidade para as maquinações fraudulentas, atingindo o próprio conceito de toda uma comunidade profissional (ENRON, BCG, Banco Nacional, Banco Econômico etc. etc.).

As lacunas existentes, todavia, não terminam em tais questões. Soma-se a tais eventos a maior necessidade de gerenciar na base de modelos mais avançados, para se conseguir competir em mercados amplos e inclusive proteger a empresa contra a sanha do Estado em tributar.

A falta de qualificadas informações e a de explicações competentes é o que tem levado um grande número de empresas ao insucesso, especialmente quando a preocupação é apenas a de atender a fins fiscais e de compromissos imediatos (são expressivas as estatísticas sobre concordatas e falências nas últimas décadas).

Estas as razões pelas quais a prática cada vez mais demonstra que nem só as matérias “financeiras” e “legais” são as que precisam ser consideradas.

Quanto maior a empresa e mais se complica um sistema que esteja aferrado apenas ao regime de “capacidade de pagar” (que sendo importante todavia não é exclusivo).

Existe todo um complexo de acontecimentos que influi sobre a transformação dos capitais e que termina por alterar os diversos estados patrimoniais.

O que no início do século passado recebeu a denominação de “Contabilidade Analítica”, aplicada aos custos, já foi um princípio de superação tecnológica, aos poucos se ampliando a outras exigências, ampliando a visão sobre as reais necessidades informativas e explicativas.

O “FINANCEIRO” E AS INFORMAÇÕES NÃO FINANCEIRAS

De início começou a ser denominada de “não financeira” a informação que não era traduzida em valores, assim como, por exemplo:

1. número de horas trabalhadas,
2. admissão e demissão de empregados,
3. quantitativos de novos empregos oferecidos,
4. volume de faltas ao trabalho,
5. horas paradas por greves,
6. treinamentos e aperfeiçoamentos de pessoal,
7. incidência de causas trabalhistas,
8. anos de experiência da chefia,
9. percentuais de aumentos de impostos,
10. queda percentual do produto interno bruto em relação ao ramo de atividade,
11. natureza de investimentos institucionais etc.

No conceito de alguns estudiosos, todavia, qualquer desses elementos que se traduzisse

em valor monetário passaria a ser reconhecido como “financeiro”.

Na realidade, todavia, não é adequado confundir “financeiro” com “valor monetário” e nem com “valor contábil”.

Para ser “avaliado” um fato não precisa ser necessariamente “financeiro”; ou seja, tudo o que é “financeiro” se expressa valorimetricamente, mas, nem tudo que se expressa valorimetricamente é obrigatoriamente “financeiro”.

Valor contábil é a medida de qualquer fato patrimonial e a relativa a circulação de dinheiro é apenas uma das funções que se operam no patrimônio.

Desejar ampliar o termo “financeiro” a toda a expressão monetária é atribuir um conceito demasiadamente amplo e fora da realidade objetiva requerida para a terminologia contábil.

Como leciona Maritain (página 41 da obra identificada na bibliografia) “O conceito ou verbo mental corresponde: 1º a uma necessidade do conhecimento intelectual humano...2º à fecundidade própria da inteligência, que procura naturalmente manifestar-se a si mesma aquilo que acabou de apreender”.

A necessidade intelectual, todavia, no campo da ciência não faz concessões ao que se afasta da realidade e exige a “objetividade” (no sentido oposto de subjetivo ou de entendimento apenas particular), tal como volta a esclarecer Maritain (páginas 42 e 43).

O científico requer a verdade. Desta forma não são aceitáveis os conceitos que procuram envolver só a função de mercado dos capitais, nem as relações com financiadores, como se fossem as exclusivas nos empreendimentos, sem atinar para outras funções da riqueza, como, por exemplo, a social.

Toda ciência tem compromisso com a generalidade, com o sentido objetivo das coisas que se sucedem sempre da mesma forma em todos os tempos e em todos os lugares.

Nem todos os patrimônios estão volvidos ao lucro e nem todos os que estão preocupados com os ganhos podem limitar-se apenas a objetivos restritos.

As escolas do pensamento contábil que germinaram na Europa, nas primeiras décadas do século XX trataram do “rédito” (como acréscimo do capital) com diferentes conceituações (ver sobre a matéria o meu livro História Geral e das Doutrinas da Contabilidade, na parte relativa ao “reditualismo”).

Esta uma das razões pelas quais a moderna doutrina neopatrimonialista limita o conceito de “financeiro” ao campo da “liquidez” (geração de recursos de pagamentos e necessidades derivadas de obrigações), para, desta forma tornar-se mais objetivo (como convêm à ciência e seguindo os fundamentos etimológicos do aparecimento do próprio termo).

Entende-se como “financeiro”, pois, na teoria referida, o que se refere apenas à capacidade de pagamento (liquidez), envolvendo meios e necessidades patrimoniais pertinentes.

Outras funções (que realmente existem) como as de lucratividade, economicidade, estabilidade, produtividade, proteção ao risco, elasticidade etc. em suas finalidades, por natureza são independentes da vinculação de obrigações de pagamentos, visando, sim, outros interesses na vida da riqueza das empresas e instituições.

Assim, por exemplo, a eficiência no uso da riqueza é uma função específica, como a é, também, a de obtenção de lucros e nessas o que preocupa não é o pagar e receber dinheiro, mas, sim ser produtivo e lucrativo.

Uma empresa pode ter lucro e não ter capacidade de pagar e pode ter liquidez e não ter lucros. São funções independentes embora integradas no grande universo patrimonial, inclusive com interação entre elas.

A demonstração de resultados não deve ser a de uma conta de finalidade “financeira”,

mas, sim, a da evidência de um comportamento ou desempenho do capital em face do lucro.

A expressão que erroneamente se introduziu na lei brasileira (6404/76) de “Demonstrações Financeiras” é falaz e fruto de má tradução do modelo deficiente e aberto à fraude e que se importou dos Estados Unidos (lá condenado pelo próprio Senado, como ineficaz, há mais de um quarto de século).

Em sua gênese a expressão “financeira” é francesa, sendo, pois, um galicismo oriundo do verbo “terminar”, porque se referia ao “prazo do vencimento” de obrigações a pagar.

A expressão “finanças” ficou aferrada a tal origem, mas, depois começou a ampliar-se para significar tudo o que se referia a dinheiro e seu regime circulatório.

O “valor monetário” foi o responsável, pois, pela mescla, pela confusão conceptual, ou seja, tudo o que se expressava em dinheiro passou a ser entendido como sendo “financeiro”.

A modernidade, todavia, está a exigir reparos para uma atualização compatível com a realidade, ou seja, aquela da observação das funções da riqueza de forma particular, ou ainda, ligada a cada tipo de necessidade das células sociais.

Com a especialização do conhecimento, cada vez mais aguçada, necessita-se, também, tornar cada vez mais específicos os conceitos.

DADOS NÃO FINANCEIROS E OS MODELOS PARA DECISÕES

Os denominados “dados não financeiros” são deveras importantes porque muitos deles são causas relevantes na produção dos acontecimentos que transformam a riqueza dos empreendimentos.

Muitos são os fatores que não sendo derivados de circulação monetária todavia influem sobre a vida patrimonial.

Como tudo que ocorre com o capital é de interesse contábil, tem essa área do conhecimento evoluído no sentido de estudar as peculiaridades pertinentes.

Kaplan e Norton, seguindo ao que já na França, no início do século XX se fazia, ao que nós já havíamos preconizado desde a década de 60, desenvolveram o denominado “Quadro de Comando Integral” que procura abranger de forma mista causas “financeiras” e “não financeiras”.

Foi em 1959 que comecei a elaborar teorizações visando a produção de modelos contábeis e desde aquela época já considerava o alerta que os aziendalistas italianos e Masi faziam sobre a questão.

Em 1964 a Fundação Getúlio Vargas publicou a minha Teoria do Equilíbrio do Capital, já inspirada nos estudos de Ceccherelli e Riparbelli sobre os estados de estabilidade do capital.

Só quase no fim dos anos 80, entretanto, é que conclui a minha teoria geral do conhecimento contábil e que tinha a pretensão de servir de base científica para a produção de modelos mais avançados, válidos em qualquer tipo de célula social, ensejando abertura para as doutrinas neopatrimonialistas (hoje com milhares de seguidores em todo o Brasil e no exterior).

A minha consideração sobre as “relações ambientais”, ou sejam, as do entorno da riqueza, vinha objetivar o que outros colegas já também estudavam e que era a força “não financeira”, essas com inequívocos impactos sobre a riqueza.

Não se tratava, por exemplo, de estudar o fenômeno da recessão econômica, mas, sim, tomá-lo como um agente causador de fenômenos patrimoniais, nesse particular interessando aos nossos estudos de forma específica na célula social.

O que o aumento da taxa de juros influi sobre a riqueza, como fator compulsório, é contabilmente matéria de estudos, não sob o mesmo prisma da Economia, mas, sim, dentro de

uma estrutura fechada e que tem peculiaridades próprias.

Nem, tão pouco, analisar só apenas o caso em uma indústria siderúrgica e nem em uma de produtos de beleza, mas, sim, como tal fato se comporta em todas as situações. Uma coisa é a orientação científica, geral, e, outra a aplicação desses conhecimentos.

A vida empresarial depende dos avanços doutrinários, mas, também, necessita de praticidade, rapidez e objetividade, coisas que os estudos teóricos, de conhecimentos experimentais como o nosso, devem facilitar.

A teoria tem o grande mérito da racionalização e a prática precisa de concretizações; muitas simplificações no campo prático, todavia, não são de todo convenientes nas áreas das pesquisas doutrinárias.

A prática, sem a teoria, é como Leonardo da Vinci a caracterizou: uma nau sem rumo.

ESTRATÉGIA E CONTABILIDADE

Encontrar o melhor critério para a solução de problemas exige uma aptidão específica da mente, requerendo capacidade para selecionar opções eficazes e a eleição de meios competentes.

A expressão “estratégia”, evidenciando a referida disposição, tomou vigor nas artes militares, na política, mas, também tem muita significação no comando dos empreendimentos humanos em geral, e, também, particularmente, nos empresariais e institucionais.

Só é possível, todavia, selecionar, o que objetivamente se tem como opção evidente. Tudo, obviamente, também, requer uma inteligente escolha de método para o desempenho.

Não importa o tamanho do problema se competentemente é escolhida a melhor forma de enfrentá-lo, se é estabelecida uma “estratégia” eficaz.

Nesse particular é que os modelos contábeis possuem uma especial expressão na vida administrativa. Qualidade de modelos de comportamento da riqueza é o que mais importa na atualidade.

As facilidades que trouxeram a informática e a telemática de tal forma multiplicaram as informações que não é possível mais dominá-las sem um espírito de síntese de boa qualidade.

É possível hoje reunir um conjunto muito grande de dados não “financeiros” que avaliados por técnicas contábeis conseguem dimensionar uma outra ótica da vida das empresas.

Como o dinheiro é mais um efeito que causa de certos acontecimentos, necessário se faz dar relevo a tal ótica.

Estima-se que cerca de mais da metade do que se reflete nas contas provem de causas que não são apenas as do dinheiro em si, mas da atuação de outros fatores (e que não são “financeiros”).

Como uma ciência deve preocupar-se com o estudo das causas, mais que dos efeitos, necessário se faz maior profundidade na questão contábil.

Ninguém pode negar que empresas com um mesmo capital, em uma mesma localidade, em uma mesma época, possuem resultados diferentes e umas podem ser prósperas e outras não.

É imprescindível conhecer a ação das forças que fazem mover as riquezas e que são provenientes do ambiente exterior a elas, ou seja, de fatores ambientais (internos e externos em relação às células sociais).

É preciso, pois, considerar que uma análise deve ter abrangência em relação a fatores “não financeiros”, mensurar tais elementos e realizar, desta forma, uma consideração holística da questão.

Essa tem sido a razão do desenvolvimento específico da denominada Contabilidade dos

Recursos Humanos ou do Capital Intelectual, da Contabilidade dos recursos naturais ambientais, da Contabilidade Social, da Contabilidade para efeitos mercadológicos.

Todos esses ramos, concentrados na denominada “Contabilidade para fins Estratégicos”, justificam, em suas aplicações, modelos para fins de comando, quer de inspiração dos autores referidos, quer de qualquer outro que tenha por objetivo apresentar modelos de comportamento da riqueza de forma objetiva e de fácil manuseio.

ESTRATÉGIA ADMINISTRATIVA E MODELOS CONTÁBEIS

A eleição de “critérios de conveniência” é o que caracteriza a base estratégica.

Como atuar sobre a riqueza para que ela seja eficaz é algo que depende não só de intuição dos que exercem o poder de comando, mas, especialmente, de um complexo racional de conhecimentos.

O patrimônio não se move por si mesmo, mas, ao transformar-se, provoca uma série de fenômenos que são objeto de estudos da ciência contábil.

O objeto de estudos, pois, que tem como enfoque tais transformações, deve ater-se não só a tais efeitos, mas, principalmente, às causas que promovem tais acontecimentos.

É nesse particular que a produção de modelos de comportamentos deve ser cuidada.

Não basta analisar qual a quantidade de dinheiro que se tem para pagar uma dívida, sendo imprescindível conhecer que capacidade existe na produção de lucros que pode ensejar tal condição e de que se dispõe para enfrentar no prazo da capitalização dos resultados os custos derivados da obrigação.

É preciso indagar sobre a natureza dos fatores “agentes”. Ou seja, imprescindível se faz conhecer as influências dos entornos da riqueza e o que se fez para intensificar as forças positivas e reduzir aquelas negativas.

Melhorar, por exemplo, o nível de conhecimento do pessoal, promover incentivos para que a produtividade aumente, garantir-se com seguros competentes, abrir novas frentes de mercados ou desviar-se daquelas onde se torna improdutivo aplicar, são alguns dos múltiplos aspectos a serem observados.

Todos esses nada têm a ver com o movimento financeiro, diretamente; tudo poderá ter influência sobre o movimento de dinheiro, mas, este, por si só não resolverá muito desses problemas.

A Contabilidade moderna, todavia, aquela que se libertou da prisão excessiva que tinha aos aspectos do “Direito” e que se vem libertando dos grilhões da ótica apenas “financeira”, progrediu no sentido de ater-se realmente ao estudo das “causas agentes” (essa uma das fundamentais propostas do neopatrimonialismo).

Os modelos contábeis, pois, que devem inspirar a eleição dos “critérios de conveniência” são os que se estribam em todas as relações lógicas que promovem as transformações da riqueza (que o neopatrimonialismo reconhece ser: essenciais, dimensionais e ambientais).

Portanto, aspectos qualitativos e quantitativos, financeiros ou não, interessam à produção dos referidos paradigmas.

BIBLIOGRAFIA

- BIGNAMI, Antonietta Amália - **L'impresa e il suo equilibrio nei cicli economici**, ed. EUB, Milão 1979
- TUCKER, Spencer A . - **Successful managerial control by ratio analysis**, edição McGraw Hill, Nova York, 1961
- VIÑEGLA, Alfonso López – **El cuadro de mando y los sistemas de información para la gestión empresarial**, edição AECA, Madri, 1998
- WITTE, Eberhard - **Die liquiditätspolitik der unternehmung**, edição J.C.B. Mohr, Tübingen, 1963
- ALMEIDA, José Joaquim Marques de – **Modelos contabilísticos**, anexo ao n. 220 da revista de Contabilidade e Comércio, Porto, 4º trimestre de 1998
- ANGEL FERNANDEZ GAMEZ, Manuel - **El aspecto social del analisis contable**, em **IV Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica**, edição Universidade Portucalense, vol. II, Porto, 1988
- CASELLA, Carlos Luis Garcia - **Modelos em contabilidade, I seminário latino de cultura contábil, prolatino**, edição CEPPEV, Fundação Visconde Cairu e Academia Brasileira de Ciências Contábeis, Salvador, Bahia, 1998
- DOPICO, Maria Isabel Blanco, RODRIGUEZ, Gago Susana e STOLLE, Asunción Ramos - **Los sistemas de información a la dirección en empresas inovadoras**, Anais do IV Congresso Internacional de Custos e II Congresso Brasileiro de gestão Estratégica de Custos, Campinas, 1995
- FELIÚ, Vicente M. Ripoll e CAUDELI, José Antonio Aparisi – **Los sistemas y la tecnología de la información como aspectos fundamentales del nuevo enfoque de gestión**, em *Tecnica Economica* n.º 166, Madri, março de 1999
- GELARD, Gilbert - **La normalisation comptable en quête de cohérence**, em *Revue Française de Comptabilité*, n.º. 290, Paris, junho de 1997
- KOLIVER, Olívio – **As normas de contabilidade e a sua elaboração**, em *Revista de Contabilidade do CRC do Rio Grande do Sul*, n.º 96, Porto Alegre, Maio de 1999
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira – **A contabilidade gerencial no contexto operacional da atual economia globalizada**, em *Revista Brasileira de Contabilidade* n. 114, Brasília, Novembro/Dezembro de 1998
- MARITAIN, Jacques – **A ordem dos conceitos – lógica menor**, edição AGIR, 13ª. edição, Rio de Janeiro, 1995
- SUÁREZ, Javier de Andrés – **Aproximación empirica a la distribución estadística de los ratios contables**, em *Revista de Contabilidad*, vol. 4, nº 7, edição ASEPUC, Santander, janeiro-junho de 2001
- WERHANE, Patricia - **Problemas éticos en los mercados financieros: La experiencia anglosajona**, em *La dimensión etica de las instituciones y mercados financieros*, edição Fundación BBV, editor Antonio Argandoña, Madri, 1995